25 de setembro de 2024

MULTITEMAS

2015-2023

INDICADORES DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) EM PORTUGAL

O Instituto Nacional de Estatística (INE) disponibiliza, no Dia Nacional da Sustentabilidade, a oitava divulgação nacional de acompanhamento estatístico da Agenda 2030 da ONU. Para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), avaliou-se o desempenho de 179 indicadores (9 adicionais relativamente à edição anterior). O período analisado teve início em 2015 (início da Agenda 2030) até ao último ano com informação disponível. Em 11 destes ODS, a maioria dos indicadores evoluiu favoravelmente, destacando-se os ODS 10 (Reduzir as desigualdades), 6 (Águas potáveis e saneamento) e 7 (Energias renováveis e acessíveis), pela maior percentagem de indicadores com desempenho favorável (superior ou igual a 80%). Cinco ODS têm menos de metade dos indicadores com evolução positiva: 2 (Erradicar a fome), 5 (Igualdade de género), 12 (Produção e consumo sustentáveis), 14 (Proteger a vida marinha), 15 (Proteger a vida terrestre) e 16 (Paz, justiça e instituições eficazes).

O INE apresenta, no Dia Nacional da Sustentabilidade, uma análise descritiva relativa ao desempenho de Portugal na concretização dos ODS. São avaliados 179[1] indicadores (9 adicionais relativamente à edição anterior) da lista global das Nações Unidas (NU), desde 2015 (início da Agenda 2030) até ao último ano com informação disponível. Para possibilitar uma consulta cronológica mais longa, disponibilizam-se, no ficheiro de dados em anexo, séries com informação desde 2010[2].

[1] 69 indicadores da lista global da ONU não fazem parte desta lista para Portugal, fundamentalmente por três razões: (i) não se aplicam no contexto nacional; ou (ii) não têm ainda uma metodologia suficientemente estabilizada e clara para o seu cálculo; ou (iii) não existe informação disponível.

[2] A informação apresentada é a mais recente disponível à data de 17 de setembro de 2024.

A maioria dos indicadores (52%) são produzidos ou divulgados no contexto do Sistema Estatístico Nacional (SEN), sendo complementados por outras fontes externas, quando necessário.

Em termos de detalhe geográfico, 31% dos indicadores disponíveis têm desagregação regional (no dossiê temático dos ODS, é possível encontrar 17 indicadores com informação por município, 4 por NUTS III, 30 por NUTS II e 2 por NUTS I). Destaca-se, ainda, para alguns indicadores, a segmentação por faixa etária, por sexo e por nível de escolaridade.

Entre os indicadores divulgados pela primeira vez, destacam-se os provenientes do **Inquérito sobre Segurança no Espaço Público e Privado** (ISEPP) – que permite uma abordagem relativa à prevalência e características da violência vivida na idade adulta, dentro e fora do contexto de intimidade, assim como das experiências de assédio sexual no trabalho – e do **Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente em Portugal** (ICOT) – que possibilita a caracterização da diversidade da população residente em Portugal, com enfoque particular na sua pertença/identificação étnica e nas trajetórias geracionais. Ainda que alguns destes indicadores já estivessem contemplados através de *proxies* externas ao SEN, a informação agora disponibilizada permite enriquecer o retrato estatístico associado à Igualdade de género (ODS 5), à Redução das desigualdades (ODS 10), à Sustentabilidade das cidades e comunidades (ODS 11) e à Paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16)[3].

[3] Estão em causa os seguintes indicadores:

5.2.1 Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos de idade ou mais que foram objeto de violência física, sexual ou psicológica por um parceiro actual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade

5.2.2 Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos ou mais que foram objeto de violência sexual por outras pessoas que não parceiras íntimas nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência

10.3.1. Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos

11.7.2. Proporção da população vítima de assédio físico ou sexual, por sexo, grupo etário, incapacidade e local da ocorrência, nos últimos 12 meses

16.1.3. Proporção da população objeto de (a) violência física, (b) violência psicológica e (c) violência sexual nos últimos 12 meses

16.2.1. Proporção de crianças com idade entre 1 e 17 anos objeto de castigos físicos e/ou agressão psicológica por parte de cuidadores no último mês

16.2.3. Proporção de mulheres e homens jovens com idade entre 18 e 29 anos objeto de violência sexual à idade de 18 anos

16.3. Proporção de vítimas de violência nos últimos 12 meses que reportaram às autoridades competentes ou a outros organismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos

16.b.1 Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos

Figura 1 | Disponibilidade de indicadores ODS para Portugal

Na edição atual, 29,6% dos indicadores têm informação até 2023, 44,1% até 2022 e 8,9% até 2021. Esta disponibilidade diferenciada permite apenas uma avaliação parcial do impacto da pandemia COVID-19 no desenvolvimento sustentável. No entanto, identificam-se alguns indicadores afetados no curto prazo pela pandemia, tanto por evidenciarem o seu impacto direto (é o caso das mortes por catástrofes), como por registarem alguma recuperação dos níveis anteriores à crise pandémica. Em alguns casos torna-se, assim, possível avaliar se os resultados de 2020 (quando implicam variações positivas ou negativas acentuadas face a 2019) significam inversões ou apenas interrupções de tendências que se vinham observando desde 2015.

A figura 2 ilustra, de forma simplificada, a avaliação do comportamento de cada indicador face ao objetivo e meta em que se insere, desde 2015.

Figura 2 | Evolução dos indicadores ODS em Portugal 2015-2023[4]

[4] O sentido de evolução no período é atribuído através da taxa de variação entre o primeiro ano disponível desde 2015 e o ano mais recente disponível.

Comparando o ano mais recente com o primeiro ano disponível desde 2015, é possível concluir que:

- a maioria (99) dos indicadores analisados registou uma evolução favorável,
  - dos quais 23 atingiram a meta;
- 33 apresentaram uma evolução desfavorável;
- 6 não registaram alterações;
- 41 não são passíveis de avaliação (séries irregulares ou curtas, indicadores inconclusivos).

Na análise por ODS, verifica-se que em 11 objetivos a maioria dos indicadores evoluiu favoravelmente, destacando-se os ODS 10 (Reduzir as desigualdades), 6 (Águas potáveis e saneamento) e 7 (Energias renováveis e acessíveis), pela maior percentagem de indicadores com evolução favorável (superior ou igual a 80%). Seis ODS tiveram menos de 50% de indicadores com evolução positiva: 2 (Erradicar a fome), 5 (Igualdade de género), 12 (Produção e consumo sustentáveis), 14 (Proteger a vida marinha), 15 (Proteger a vida terrestre) e 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) (figura 2). Note-se, porém, que os ODS 2, 5, 12 e 14 são também os que apresentam menor disponibilidade de indicadores (figura 1).

Tendo como referência a avaliação de alguns indicadores considerados mais relevantes (pela pertinência face à meta, pela atualidade da informação, pela inclusão pela primeira vez, pela relevância no contexto nacional) e com informação disponível desde 2015, sintetiza-se de seguida a avaliação da evolução (favorável ● / desfavorável ● / sem alterações ●) de alguns dos principais indicadores para Portugal nos 17 ODS.

- População em risco de pobreza (2015-2022): de 19,0% para 17,0% (16,4%, em 2021);
- Risco de pobreza em grupos vulneráveis (2015-2022):
  - crianças em risco de pobreza (dos 0 aos 17 anos) - de 22,4% para 20,7% (18,5%, em 2021);
  - idosos (65 ou mais anos) - de 18,3% para 17,1% (17,0%, em 2021);
- Proporção total das despesas públicas em educação, saúde e proteção social (2015-2022): de 61,6% para 65,7% (64,0%, em 2021);
- Ajuda Pública ao Desenvolvimento destinada à pobreza em percentagem do Rendimento Nacional Bruto (RNB) (2015-2022): de 0,0046% para 0,0129% em 2022;
- Proporção da população desempregada à procura de novo emprego que recebe subsídio de desemprego (2015-2023): de 32,6% para 30,4% (32,2%, em 2022);

- Ajuda Pública ao Desenvolvimento ao setor agrícola (2015-2022): de 0,35 milhões € para 0,73 milhões € (*máximo em 2017*);

- Índice de anomalia nos preços da alimentação[5]: excecionalmente alto em 2020 e 2022 (normal entre 2015 e 2019): 1,37 em 2020 e 3,02 em 2022, em resultado da pandemia (2020) e da guerra na Ucrânia (2022);

- Taxa de mortalidade materna, por 100 mil nados-vivos: 13,1 em 2022 (*meta de menos de 70 mortes por 100 mil nados-vivos até 2030*);
- Taxas de mortalidade infantil (0-4 anos) e neonatal em 2023: 3,2‰ (*meta de pelo menos 25‰ até 2030*) e 1,6‰ (*meta de pelo menos 12‰ até 2030*);
- Taxa de mortalidade (30 a 70 anos) atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes *mellitus* e doenças crónicas respiratórias, por 100 mil habitantes (2015-2022): de 283,3 para 276,2;
- Taxa de mortalidade por suicídio, por 100 mil habitantes (2015-2022): de 10,9 para 9,7 (em 2021 foi 8,9);
- Taxa de mortalidade por acidentes rodoviários, por 100 mil habitantes (2015-2022): de 6,9 em 2015 para 6,4 em 2022 (*2020 foi o ano com menor taxa: 5,7*);
- Taxa de fecundidade na adolescência (2015-2023): de 8,4‰ para 6,4‰ (*2020 foi o ano com taxa mais baixa: 5,8‰*);

[5] O índice de anomalia nos preços da alimentação identifica preços de mercado anormalmente elevados. Este indicador baseia-se numa taxa de crescimento composta ponderada que contabiliza o crescimento dos preços durante o ano e ao longo do ano. O indicador avalia diretamente o crescimento dos preços num determinado mês durante muitos anos, tendo em conta a sazonalidade nos mercados agrícolas e a inflação, permitindo responder à questão de saber se uma alteração nos preços é ou não anormal num determinado período.

- Pessoal de saúde, por 1000 habitantes (2015-2023): de 4,7 médicos para 5,8; de 6,5 enfermeiros para 7,9; de 0,85 médicos dentistas para 1,13;
- Ajuda Pública ao Desenvolvimento na área da saúde (2015-2022): de 4,6 milhões € para 18,0 milhões € (28,0 milhões € em 2021, *impulsionada pela ajuda internacional no contexto pandémico*);
- Proporção de nascimentos (nados-vivos) assistidos por pessoal de saúde qualificado (2015-2023): 99,9% em 2015 e 2023 (*após ligeiros decréscimos durante o período 2020-2022*);
- Taxa de mortalidade atribuída a fontes de água insalubre ou a condições de saneamento e higiene deficientes ou inexistentes, por 100 mil habitantes (2015-2022): de 2,2 para 4,5;

- Taxas de conclusão do ensino básico e secundário (2015-2023): de 92,1% para 96,2% no ensino básico, de 83,4% para 90,2% no ensino secundário (*ambos os indicadores apresentaram decréscimos face ao ano de 2022*);
- Cumprimento da meta definida para a taxa de escolarização aos 5 anos de 100% no ano letivo 2022/2023, o que se verifica desde 2019/2020;
- Competências digitais nos adultos (2015-2023): de 47,7% para 56,0% e reforço da correspondente paridade de género (2015-2023): de 0,93 para 1,05;
- Competências de crianças e jovens (2015-2022): proficiência em leitura, de 82,8% para 76,8% em 2022; proficiência em matemática (2015-2022): de 76,2% para 70,2% em 2022;

- Paridade de género no uso de tecnologias de informação e comunicação: *em 2023, cerca de 97% quer dos homens, quer das mulheres dispunham de telemóvel próprio*;
- Proporção de mulheres entre os dirigentes da administração pública superior a 50%, com tendência crescente desde 2015, atingindo o valor máximo em 2023 (55,5%);
- Disparidades na participação cívica e política: estabilização do número de deputadas na legislatura parlamentar – em 76 mulheres em 230 deputados em 2015 e 2023 (89 em 2019 e 85 em 2022);

- Água segura alcançada: nível de excelência da qualidade da água para consumo humano, com a meta de 2030, de 99%, a ser atingida em 2021;
- Proporção da população residente que vive sem banheira, duche e retrete no interior do alojamento (2015-2023):
    - Total da população - de 0,9% para 0,3%;
    - População em risco de pobreza - de 2,4% para 0,9%;
- Percentagem (estimada) de alojamentos cobertos por serviços de drenagem de águas residuais próxima da meta nacional e com evolução favorável (2015-2021): de 83% para 86%;

- Energia proveniente de fontes renováveis no consumo final bruto de energia com a maior proporção de sempre em 2022 (34,7%) e com a meta de 31% em 2020 a ser ultrapassada;
- Maior eficiência energética em 2022: intensidade energética da economia em energia primária atingiu valor mínimo no período em análise: 100,9 tep/€;
- Cooperação internacional: redução de fluxos financeiros para países em desenvolvimento destinados à pesquisa e desenvolvimento de energias limpas e à produção de energia renovável (2015-2022): de 2,93 milhões € para 0,67 (*após ausência de fluxos financeiros no triénio 2019-2021*);

- Desemprego (2015-2023): taxa de desemprego de 12,9% para 6,5% em 2023 (*+0,4 pontos percentuais do que em 2022, ano em que se registou o valor mínimo desde 2015, destacando-se ainda a interrupção da tendência decrescente em 2020 - neste ano, a taxa de desemprego aumentou para 7,0%*);
- Inatividade nos jovens (15-34 anos) (2015-2023): taxa de jovens não empregados/integrados em educação ou formação, de 14,2% para 9,7% em 2023 (*o valor mínimo desde 2015 foi registado em 2021: 9,5%)*;
- Peso do turismo no Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional, após contração devido à pandemia COVID-19 (2016-2023): de 6,9% para 9,1%, (4,4%, em 2020);
- Incidência de acidentes de trabalho não mortais, por 100 mil empregados (2015-2021): de 3 089,5 para 2 489,4 (*2020 registou o valor mínimo desde 2015: 2 328,3*);

- A taxa de variação do PIB *per capita* em 2023 foi de 2,1%, a segunda taxa mais baixa desde 2015 (*a taxa mínima foi registada em 2020, -8,4%, na sequência da pandemia COVID-19*);

- Ajuda Pública ao Desenvolvimento destinada ao apoio ao comércio (2015-2022): de 21,45 milhões € para 12,36 milhões € (*valor máximo em 2020, de 33,61 milhões €)*;

- Proporção de despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (2015-2022): de 1,24% para 1,70% (*ainda longe da meta de 3% até 2030*);

- Número de passageiros transportados, em particular no transporte aéreo (2015-2022): de 31 611 passageiro-quilómetro para 40 990 (*após o forte impacto causado pela pandemia, espelhado no registo do valor de 12 852 passageiro-quilómetro em 2020 e de 16 776 em 2021*);

- Intensidade das emissões atmosféricas da economia (emissões de CO_2 por unidade de VAB) (2015-2022): de 0,346 kg CO_2/€ para 0,245 kg CO_2/€;

- 100% da população coberta por rede móvel em 2023 (em 2015 era 99,8%);

- Indústria transformadora: importância relativa no PIB (2015-2023) de 12,2% para 11,3%; no emprego (2015-2023): de 17,6% da população empregada na indústria transformadora para 16,5% e no peso das microempresas no valor acrescentado desta indústria (2015-2022): de 8,1% do VAB para 7,3%;

- Rendimento médio (não obstante contração em 2020 nos 40% de população mais vulnerável economicamente), (2015-2022): de 10 562 € para 14 368 € e, entre os mais vulneráveis, de 5 132 € para 7 155;
- Peso do trabalho no PIB (2015-2021): de 46,7% para 52,6%;
- Percentagem de pessoas a viverem em agregados familiares com rendimento inferior a 50% do rendimento mediano (2015-2022): de 13,0% para 10,5% (12,4%, em 2020);
- Coeficiente de Gini do rendimento monetário líquido por adulto equivalente (2015-2022): de 33,9% para 33,7%;

- Taxa de sobrecarga de despesas em habitação (2015-2023): de 9,1% para 4,9% (5,0%, em 2022);
- Despesa pública e privada em serviços culturais (*não obstante a forte contração na despesa privada em 2020 devido à pandemia COVID-19*) (2015-2021): de 167,2 milhões € para 225,9 milhões €; redução da despesa privada de 56,8 milhões €, para 53,9 milhões €;
- Resíduos urbanos recolhidos (2015-2022): de 4,8 milhões de toneladas de resíduos para 5,3, respetivamente 460 kg *per capita* e 509 kg *per capita*;
- Privação severa das condições da habitação (2015-2023): de 4,7% para 6,0%;

12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

7/13 indicadores com informação

2	Evolução no sentido desejável
3	Evolução no sentido contrário ao desejável
0	Sem alterações
2	Sem avaliação

- Percentagem de resíduos perigosos gerados (2015-2022): de 10,3% para 5,7%;
- Pegada material *per capita* (2015-2021): de 16,2 t para 18,2 t;
- Consumo interno de materiais (2015-2022): de 161, 9 milhões t para 162,7 milhões t;

13 AÇÃO CLIMÁTICA

5/8 indicadores com informação

3	Evolução no sentido desejável
1	Evolução no sentido contrário ao desejável
0	Sem alterações
1	Sem avaliação

- Total de emissões de gases com efeito de estufa (GEE): -33,0% em 2020 face a 2005. A meta nacional de 2020 foi ultrapassada (-18% a -23%); em 2022 verificou-se uma redução de 34,5% face a 2005, mas ainda longe da meta de -55% a atingir até 2030;
- Nível de emissões de GEE *per capita* (2015-2022): de 6,5 t CO_2 eq *per capita* para 5,4 t CO_2 eq *per capita*;
- Implementação da Estratégia Nacional de Redução de Risco de Catástrofes (2015-2022): *score* de 0,35 para 0,93);
- Número de mortes e de pessoas desaparecidas atribuídas a catástrofes (2015-2021): de 0,57 por 100 mil habitantes para 116,82 (66,21 em 2020), em consequência da pandemia COVID-19;

14 PROTEGER A VIDA MARINHA

5/10 indicadores com informação

2	Evolução no sentido desejável
1	Evolução no sentido contrário ao desejável
1	Sem alterações
1	Sem avaliação

- Classificação internacional máxima no grau de implementação de instrumentos internacionais destinados ao combate da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, em 2022;
- Classificação internacional máxima no grau de aplicação de enquadramentos relativos ao direito de acesso da pequena pesca em 2022;
- Peso do investimento em I&D em tecnologia marinha (2016-2021): de 2,1% para 1,8%;
- Proporção de áreas marinhas protegidas: 7% em 2023 (*meta: 10% até 2030*);

15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE

13/14 indicadores com informação

3	Evolução no sentido desejável
1	Evolução no sentido contrário ao desejável
2	Sem alterações
7	Sem avaliação

- Avaliação internacional considera que Portugal adotou legislação nacional relevante e afetou recursos adequados para a prevenção ou o controle de espécies exóticas invasoras;
- Portugal é Parte contratante no Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura e possui ferramentas ou medidas legislativas, administrativas e políticas reportadas à Câmara de Compensação de acesso e partilha dos benefícios;
- Proporção do território com solos degradados: de 32,2% no período 2000-2015, para 14,5% em 2015-2018 e 6,1% em 2018-2021;
- Proporção de superfície das áreas classificadas manteve-se inalterada entre 2015 e 2022: 22,6%;

- Número de crimes de homicídio (2015-2023): de 100 para 74;
- Número de armas de fogo apreendidas, entregues/recuperadas pela polícia (2015-2023): de 13 245 para 18 284 (*o número máximo desde 2015 foi atingido em 2020: 32 165*);
- Número de crimes de tráfico de pessoas registados pelas autoridades policiais (2015-2023): de 53 para 92 (*destaca-se a redução acentuada em 2020, no contexto da pandemia COVID-19, para 41*);
- Proporção de reclusos preventivos na população prisional (2015-2023): de 16,2% para 21,8% (*a proporção mais elevada desde 2015*);

- Acessos à Internet de banda larga (2015-2023): de 30,3% para 43,5%;
- Percentagem de adultos que utilizaram a Internet (2015-2023): de 68,6% para 85,8%;
- Ajuda Pública ao Desenvolvimento como proporção do rendimento nacional bruto (RNB) (2015-2022): de 0,16% para 0,21%;
- Peso do valor líquido das remessas dos emigrantes e imigrantes no PIB (2015-2023): de 1,55% para 1,29%.

Este destaque e os ficheiros XLSX e CSV anexos complementam outros formatos de divulgação, tais como o **dossiê temático**[6].

[6] Esta plataforma nacional de reporte inclui hiperligações para a base de dados de difusão [BDD] do INE, para a base de dados do Eurostat, e, nos casos aplicáveis, para fontes externas validadas. Na BDD do INE e na base de dados do Eurostat, a informação é continuamente atualizada, pelo que poderá não corresponder aos valores apurados no período de referência deste destaque, quando acedida posteriormente.